

Jurista levará ao CDDPH morte de casal em GO

MARCO ANTONIO MORAES

Enviado Especial

GOIÂNIA — O vice-presidente do Conselho Federal da OAB, José Paulo Sepulveda Pertence, que liderou a comissão especial que veio a Goiás apurar as circunstâncias da morte de Maria Augusta Thomaz e Márcio Beck Machado, disse ontem que levará o caso ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), pois a posição da presidência da Ordem é que a ela cabe usar a tribuna do conselho para denunciar as violências de que tem conhecimento.

Para o líder do PT na Câmara Federal, Aírton Soares, os recentes atentados a bancas de jornais e livrarias têm mostrado uma identidade com as recentes descobertas de assassinatos de perseguidos políticos. Aírton, na terça ou quarta-feira, irá à tribuna para denunciar os fatos apurados pela comissão e desde já responsabiliza o ministro da Justiça, Abi Akel, pela segurança dos depoentes, o fazendeiro Sebastião Cabral e sua esposa, Eurípedes João da Silva e sua esposa, além de Irineu Luís de Moraes. Também os jornalistas devem ser protegidos, segundo o deputado, pois é possível que os organismos ligados às forças de segurança manifestem sua repulsa à "apuração da verdade".

O presidente do CBA-SP, Luís Eduardo Greenhalgh, por sua vez, anunciou as medidas jurídicas que pretende tomar em relação ao caso. Em primeiro lugar,

"uma reclamação contra o juiz Sebastião Juber, de Rio Verde, que ao invés de deferir o pedido de vistoria no local em que os que retiraram as ossadas cavaram, considerou o pedido como notícia-crime e mandou abrir inquérito. Esse inquérito foi distribuído a um delegado que entrou em férias no mesmo dia em que recebeu o inquérito. A ação do juiz não foi lícita, pois o inquérito policial será pedido aqui na Polícia Federal (em Goiânia), apesar da participação da PF, segundo as testemunhas".

A principal ação, porém, será contra o então capitão Epaminondas, da PM de Goiás, delegado de Rio Verde na época dos fatos, além de uma interpelação judicial do comandante da PM de Goiás, coronel Anibal Coutinho. "Vamos entrar com uma interpelação judicial para ouvir o coronel Epaminondas, que é responsabilizado por todas as testemunhas como o autor da ordem de sepultamento de Maria Augusta e Márcio, agindo criminosamente por ocultação de cadáver".

Em relação ao comandante da PM, "queremos saber porque ele recebeu por um dia inteiro em sua unidade, o fazendeiro Sebastião Cabral, a quem foi recomendado negar a existência dos fatos denunciados". Cabral esteve com o comandante da PM e lhe relatou a visita do jornalista e do advogado Greenhalgh e da família de Maria Augusta, através de seu irmão, antes e depois da profanação das sepulturas do casal.

Depoimentos indicam que foi assassinato

"Neusa e Raimundo, levavam para morrer". O grito que cortou a madrugada fria de 17 de maio de 1973, na Fazenda Rio Doce, soou como uma sentença definitiva.

Pelo relato emocionado, repleto de palavras simples, do lavrador Eurípedes João da Silva, a conclusão a que chegaram os integrantes da comissão especial de juristas e parlamentares leva a uma única constatação: a morte de Márcio Beck Machado e Maria Augusta Tomaz não se tratou de uma operação policial militar dos chamados órgãos de segurança e sim de um assassinato frio de dois militantes exaustivamente perseguidos, que estavam numa área onde não se desenvolvia nem estava previsto a curto prazo nenhum "trabalho político" e que, principalmente, tinham conseguido irritar os agentes da repressão por sua habilidade de romper o cerco que lhes foi imposto, desde que voltaram ao País, vindos de Cuba.

Maria Augusta, ou "Neusa", era procurada pelos órgãos de segurança desde 8 de outubro de 1969, quando sequestrou um avião, levando-o para Cuba, juntamente com outros militantes da Aliança Libertadora Nacional, ALN. "Raimundo", ou melhor, Márcio Beck Machado, era severamente caçado pelos órgãos policiais desde 29 de setembro de 1969, quando, para escapar de um cerco da então OBAN (Operação Bandeirante), baleou um policial conhecido como "Passarinho". E dessa época, segundo relato de expressos políticos e policiais, que ficou definida a sentença de morte dos dois.

Em Cuba, Maria Augusta casou-se com Márcio e para fugir a essa sentença vagaram os dois pela Europa e Cuba, saindo da ALN e ingressando no Molipo (Movimento de Libertação Popular). No final de 1972, a decisão de voltar já fora tomada, apesar de nesta época, o massacre da esquerda armada brasileira estar no seu ponto mais alto. Márcio e Maria Augusta vieram de Cuba junto com o grupo "Os 28 da Molipo", que sucessivamente foram cercados e mortos, deixando a certeza, hoje, de que havia infiltrações policiais entre o grupo, pois os órgãos de segurança sabiam com detalhes a história de sua vinda.

Fugindo ao cerco, o Molipo procurou a ajuda da ALN, para transferir seus militantes para o Interior do País. Foi assim que Márcio e Maria Augusta vieram para Goiás. Márcio foi apresentado a um militante da ALN,

Paulo Miguel Novaes, conhecido como "Paulão", que o apresentou a Irineu Luís Moraes, o "Índio". Irineu conheceu Márcio pelo codinome de "Raimundo" e em início de 1973 montou um esquema para levá-los até Jataí, de onde depois se transfeririam para a fazenda Rio Doce.

"Neusa" e "Raimundo" acompanharam "Índio", e tentaram comprar uma fazenda perto de Rio Verde, através de Lúcia Borges. O negócio não deu certo e o casal tentou se transferir para a fazenda Rio Doce, de propriedade de Sebastião Cabral, onde arrendariam uma gleba. "Índio" não gostou, menos quando soube que Márcio, ao se transferir para Goiás, tivera um contato, em Barretos, com um militante do Molipo, posteriormente morto pelo Doi-Codi do 2.º Exército — segundo "Índio".

"Mas o pior — lembra-se 'Índio' — é que ele (Raimundo) havia marcado outro encontro na ponte do Rio Doce, a poucos quilômetros da fazenda onde estava escondido, com o rapaz assassinado em São Paulo."

Antes de morrer, o rapaz havia conversado com "Paulão" e o contato desse encontro marcado na ponte. Essa conversa levaria Márcio e Maria Augusta à morte.

Irineu, o "Índio", foi preso na Vila Mariana, numa padaria, onde iria se encontrar com "Paulão". Levado ao Coi-Codi, segundo relato em seu depoimento, foi torturado para dizer onde estava o casal. Ele não falou, mas a indicação do encontro sobre a ponte do Rio Doce foi suficiente para a polícia localizar o casal. Irineu foi, então, trazido para Goiás, num avião da FAB, e dias depois foi levado de automóvel para a região de Jataí e Rio Verde.

Durante muito tempo, Sebastião Cabral e sua esposa acharam que o pai de Márcio Beck Machado tivesse sido levado para reconhecer o corpo do filho. Também ex-companheiros de Márcio, presos na época, pensaram o mesmo. Mas era um mal-entendido: quando os agentes disseram que o "pai" de Márcio havia sido levado à fazenda todos pensaram que Irineu era o pai de Márcio. Tratava-se de uma manobra do Doi-Codi para inocentar seu informante e, ao mesmo tempo, desacreditar o velho líder camponês juntos aos trabalhadores rurais da região.

Irineu foi deixado com três policiais enquanto o resto do grupo de doze ou treze agentes iam até a fazenda para assassinar Márcio e Maria Augusta.

(M.A.M.)